INCLUSÃO NA PRÁTICA: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES QUANTO ÀS AVALIAÇÕES ADAPTADAS

Mailana Dantas Medeiros[1]; Niara Pereira dos Santos de Araújo[2]; Alexandre Guilherme Soares Silva[3].

[1]IFRN, Natal, RN. http://lattes.cnpq.br/3981846968452737

[2]IFRN, Natal, RN. https://lattes.cnpq.br/0359639710810154

[3]IFRN, Natal, RN. http://lattes.cnpq.br/6562966304564365

DOI: 10.47094/1CONLAPE.2026/RE/19

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação adaptada. Inclusão. Educação básica.

ÁREA TEMÁTICA: Educação.

INTRODUÇÃO

A garantia de matrícula aos estudantes com deficiência e neurodivergentes, preferencialmente em escolas regulares, é um direito de igualdade constitucional e que deve ser assegurado (Lei nº 13.146/2015). Contudo, mais do que asseverar o acesso, é fundamental legitimar a permanência desses alunos por meio de um acompanhamento pedagógico sistemático, que promova a participação ativa, o desenvolvimento da aprendizagem e conclusão bem sucedida do ano letivo no espaço escolar.

Sob essa perspectiva, a educação inclusiva é permanente, que exige organização didática, adaptações no currículo, diversificação de estratégias metodológicas, bem como a adequação de conteúdos e instrumentos avaliativos às demandas individuais de cada aluno. Ademais, essa prerrogativa encontra-se respaldada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a qual assegura o direito à educação em todas as etapas e modalidades, da Educação Básica ao Ensino Superior. Assim, não se trata apenas de viabilizar o acesso à instituição escolar, mas de promover condições efetivas para a permanência com qualidade, equidade e reais possibilidades de desenvolvimento ao longo da trajetória formativa.

Neste cenário a avaliação não deve ser compreendida como um fim em si mesma, mas como parte constitutiva do processo pedagógico (PERRENOUD, 1999; LUCKESI, 2011). Desse modo, os processos avaliativos adaptados são importantes indicadores de práticas pedagógicas para alunos com necessidades educativas. Ou seja, a avaliação existe, com respeito à diversidade e singularidade individual. Logo, é importante promover adaptações curriculares conforme o nível de dificuldade, de modo que o progresso seja atingível e significativo. Assim, assegura-se não apenas o direito à educação, mas também

a equidade nas oportunidades de aprendizagem de forma individualizada.

Este trabalho pretende apresentar um estudo de caso em uma escola particular de ensino básico na cidade de Natal/RN em que as avaliações adaptadas ocorrem regularmente com alunos de inclusão. A intervenção eficaz visa inspirar através de boas práticas, a partir de avaliações compatíveis com as necessidades específicas dos alunos, maior equidade, permanência e sucesso no ambiente escolar.

OBJETIVO

Apesar dos desafios ainda presentes no contexto educacional, a relação entre docentes e educação inclusiva têm apresentado avanços positivos nas últimas décadas. Nesse sentido, a elaboração de conteúdos e avaliações adaptadas, que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência ou neurodivergentes, ganha destaque e se consolida como um direito do aluno e um compromisso institucional da escola, unilateral. Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos professores quanto à flexibilização dos conteúdos e dos instrumentos avaliativos para estudantes com necessidades educacionais específicas.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado em fevereiro de 2026 em uma instituição particular localizada na região metropolitana de Natal/RN, que tradicionalmente mantém matrículas para estudantes da Educação Inclusiva. Foi realizada através de uma pesquisa com abordagem mista — quanti-qualitativa — e estruturada. A aplicação ocorreu eletronicamente — Fia formulário Google — contendo 29 questões em uma amostra com 11 docentes e que atuam nos segmentos da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio. Após a coleta de dados, foi realizada a tabulação e categorização. Ademais, os resultados foram apresentados em forma de discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos revelaram que quanto à formação acadêmica, os educadores possuem graduação em Pedagogia, História, Economia, Relações Internacionais e Letras, sendo que 08 são especialistas em Educação Inclusiva. Observa-se que 100% dos participantes possuem experiência com estudantes público-alvo da Educação Inclusiva e, no ano letivo vigente, todas têm alunos matriculados com destaque para casos de TDAH, TEA e Síndrome de Down. Esse cenário evidencia que a inclusão não se apresenta como situação eventual, mas como realidade consolidada no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante refere-se ao suporte institucional: todos contam com profissional de apoio, seja graduando ou graduado, o que demonstra a preocupação da

escola em assegurar condições mínimas de acompanhamento aos estudantes. Além disso, a instituição exige a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e todos os educadores afirmaram realizá-lo. Esse dado indica alinhamento com os princípios da educação inclusiva, especialmente no que se refere ao planejamento individualizado.

No âmbito das práticas pedagógicas, 100% das participantes relataram realizar adaptações de conteúdos e avaliações, o que sinaliza uma postura pedagógica flexível e comprometida com a equidade no processo de ensino e aprendizagem. Tal resultado sugere o compromisso acerca da necessidade de adequações curriculares como estratégia para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa dos estudantes.

Os dados apontam para um contexto escolar que apresenta avanços no que se refere à estruturação de práticas inclusivas, tanto no campo formativo quanto organizacional. Contudo, a presença majoritária de determinadas demandas (como TDAH e TEA) pode requerer constante atualização na capacitação pedagógica, oficinas e fortalecimento das estratégias colaborativas entre docentes e profissionais de apoio e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação possibilitou conhecer o contexto da realidade desenvolvida por docentes que atuam na Educação Infantil ao Ensino Médio de uma instituição particular da região metropolitana de Natal/R, que mantêm de forma contínua, matrículas para alunos da educação inclusiva. Foi constatado um corpo docente experiente, com formação diversificada e significativo investimento em especialização na área de educação inclusiva. A totalidade das participantes possui vivência com estudantes de inclusão, o que demonstra no contexto investigado não se configura como experiência pontual, mas como prática consolidada e contínua no cotidiano escolar.

Destaca-se que parte dos docentes que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais no turno matutino também leciona na mesma série no turno vespertino. Essa duplicidade de atuação contribuiu para uma menor quantidade de devolutivas nos formulários da entrevista, uma vez que os profissionais estão vinculadas a mais de um segmento ou turma, impactando diretamente o número total de respostas obtidas.

É oportuno ressaltar a existência de profissionais de apoio — graduandos ou graduados — em todas as salas que têm alunos atípicos e a exigência do PEI pelo setor de psicopedagogia — elaborado por 100% das docentes — bem como a realização de adaptações curriculares e avaliativas. Tais elementos indicam ações bem sucedidas aos princípios da educação inclusiva (Lei nº 13.146/2015), especialmente a permanência e a aprendizagem.

Os dados também sinalizam a necessidade de continuidade nos processos formativos — considerando a complexidade das demandas apresentadas pelos estudantes — a

importância do fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e profissionais de apoio, que sejam especializados. Além disso, aspectos organizacionais, como planejamento contínuo, formação continuada e atuação docente em mais de um turno, devem ser considerados no planejamento institucional, a fim de assegurar condições adequadas para o acompanhamento individualizado do educando.

Os resultados demonstraram que a instituição mantém o compromisso com a consolidação de práticas inclusivas, demonstrando o empenho pedagógico e organizacional com a educação para todos. Entretanto, a inclusão constitui um processo complexo, que requer reflexão permanente, investimento formativo e aprimoramento das estratégias pedagógicas para responder, de maneira cada vez mais qualificada, à diversidade presente no espaço escolar.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 fev. 2026

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BORGES, Carline Santos. IN: **Atendimento educacional especializado: na escola comum como ação pedagógica favorecedora da Educação Inclusiva**. Curitiba: Appris, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.